ANEXO IV

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE PROJETO DE APRENDIZAGEM

CAPÍTULO I - CARACTERIZAÇÃO E OBJETIVOS

Artigo 1º

A apresentação e aprovação do Trabalho de Conclusão de Projeto de Aprendizagem pelos estudantes do Curso de Licenciatura em Artes; é requisito parcial obrigatório para obtenção do diploma de graduação e pré-requisito para matrícula no Módulo Projeto de Aprendizagem - TCCI.

Artigo 2º

A apresentação do Trabalho de Conclusão de Projeto de Aprendizagem só poderá ser realizada se o aluno estiver devidamente matriculado no 6º módulo de Projeto de Aprendizagem e se estiver aprovado no módulo de Projeto de Aprendizagem-Introdução, e em mais quatro módulos de Projeto de Aprendizagem.

Artigo 3º

No curso de Licenciatura em Artes o Trabalho de Conclusão de Projeto de Aprendizagem, e o espaço curricular “Projeto de Aprendizagem”, na sua III fase: Propor e Agir, tem por objetivo geral ampliar a experiência de prática de ensino, e o leque de situações e espaços educacionais para além do ensino formal.

Artigo 4º

A apresentação do Trabalho de Conclusão de Projeto de Aprendizagem tem como objetivos específicos:

- I. Permitir a aplicação de um projeto pedagógico em forma de curso, oficina, seminário, palestra, evento ou mostra artística que colocará o aluno de graduação em situação de ensino e aprendizagem, em âmbito de educação não formal, no qual ele poderá exercer o papel de professor ou orientador para diferentes faixas etárias, em diferentes situações, em instituições públicas ou privadas, tais como: ateliês, museus, fundações de cultura, centros de pesquisa, instituições de ensino, oficinas e outros espaços que desenvolvam ações culturais e artísticas.
- II. Possibilitar a avaliação global da prática pedagógica e da reflexão no campo da Arte necessárias ao aluno para que, uma vez graduado, possa atuar como mediador, educador ou pesquisador.
- III. Possibilitar a realização de produção teórica e crítica desta atividade profissional.
- IV. Colaborar com a comunidade acadêmica e o meio social por meio de idéias e projetos que possibilitem o diagnóstico e/ou a solução de seus problemas.

Artigo 5º

O Trabalho de Conclusão de Projeto de Aprendizagem será apresentado em forma de relato oral público e de um relatório final por escrito, de acordo com o calendário estipulado pela coordenação do curso.

Artigo 6º

Os Trabalhos de Conclusão de Projetos de Aprendizagens serão apreciados por bancas durante a Semana de Projetos de Aprendizagens, de acordo com o calendário acadêmico do Setor Litoral, ou em mostras específicas organizada pelo Curso de Licenciatura em Artes.

Artigo 7º

As Bancas terão dois membros, sendo assim constituídas:

- I. Professor mediador como membro nato;
- II. Professor indicado pelo mediador, em comum acordo com o mediando, e com a anuência da Câmara de Artes.

É desejável que o professor indicado tenha experiência acadêmica na área do Projeto de Aprendizagem.

Artigo 8º

Compete aos membros da Banca:

- I. Analisar o relatório do Trabalho de Projeto de Aprendizagem;
- II. Fazer comentário verbal e argüir o aluno;
- III. Emitir parecer sobre a aprovação ou não do Trabalho de Conclusão de Projeto de Aprendizagem;

CAPÍTULO II – FASES DE TRABALHO

Artigo 9º

Na fase Propor e Agir do módulo de Projeto de Aprendizagem o aluno sob supervisão do seu mediador deverá realizar:

- I. Elaboração de projeto de prática de ensino em educação não formal a partir do elenco desenvolvido durante os módulos de Projeto de Aprendizagem.
- II. Pesquisa e fundamentação teórica;
- III. Preparação das atividades, materiais e apresentação do projeto às instituições e/ou coletividades, onde este será aplicado;
- IV. Elaboração dos planos de atividades educacionais;
- V. Encaminhamento de carta de apresentação da coordenação do curso à Instituição e obtenção, por escrito, da aceitação da execução do projeto naquele local.

Artigo 10º

A conclusão do Trabalho de Conclusão de Projeto de Aprendizagem deverá conter as seguintes atividades obrigatórias:

- I. Aplicação do projeto de prática de ensino no âmbito da educação não formal.
- II. Apresentação oral.
- III. Elaboração de relatório circunstanciado.

CAPÍTULO III – PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Artigo 11º

O processo de avaliação do Trabalho de Conclusão de Projeto de Aprendizagem constará das seguintes fases, todas elas obrigatórias ao aluno:

- I. Revisão e adequações finais do projeto;
- II. Execução do Trabalho por meio de realização de curso, oficina, seminário, palestra, evento ou mostra artística, que deverá contar com, uma carga horária de no mínimo 4 horas, sendo o aluno protagonista do processo de ensino-aprendizagem;
- III. Declaração da instituição comprovando a carga horária da atividade, aonde foi realizada a prática de ensino não formal.
- V. Entrega da versão definitiva do relatório para apreciação da Banca;
- VI. Apresentação pública.
- VII. Entrega da versão final ao professor mediador, com as correções sugeridas pela Banca.

Artigo 12º

Será considerado aprovado o aluno que obtiver As ou APL.

CAPÍTULO IV – EXECUÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE PROJETO DE APRENDIZAGEM;

Artigo 13º

O projeto de prática de ensino em educação não formal deverá ser digitado em formato A4 (297 x 210mm), segundo as *Normas para Apresentação de Trabalhos*, da UFPR, contendo os seguintes elementos:

- I. Folha de rosto;
- II. Apresentação;
- III. Objetivos gerais e específicos;
- IV. Justificativa, defendendo a importância do trabalho;
- V. Delimitação do objeto;
- VI. Revisão bibliográfica preliminar, demonstrando conhecimento sobre o assunto proposto;
- VII. Plano metodológico preliminar;
- VIII. Cronograma de trabalho;
- IX. Bibliografia básica, capaz de atender às primeiras etapas do trabalho.

Artigo 14º

O resultado final do Trabalho de Projeto de Aprendizagem deverá ser apresentado nas seguintes formas:

- I. Documento escrito,
- II. Vídeos, software, material didático desenvolvido e outros que colaborem para uma melhor apresentação do trabalho, quando for o caso.

Artigo 15º

O documento escrito do Trabalho de Conclusão de Projeto de Aprendizagem deverá conter as seguintes partes, de acordo com as Normas para Apresentação de Trabalhos da UFPR:

- I. Capa;
- II. Folha de rosto;
- IV. Dedicatória (opcional);
- V. Agradecimentos (opcional);
- VI. Sumário (opcional);
- VII. Lista de tabelas, ilustrações e abreviaturas e/ou siglas e/ou símbolos (quando necessário);
- VIII. Resumo;
- IX. Abstract (opcional);
- X. Texto;
- XI. Apêndice ou anexo (projeto de prática de ensino em educação não formal, parecer do responsável pelo local onde foi aplicado o projeto; opcional: fotos, imagens, relatos, etc.);
- XII. Glossário (quando necessário);
- XIII. Referências bibliográficas;
- XIV. Índice (quando necessário);
- XV. Contracapa.

Artigo 16º

O texto (item X, do artigo anterior) deverá atender à seguinte orientação metodológica, contemplando as observações do mediador no decorrer do processo:

- I. Introdução (revisão bibliográfica, objetivos, descrição do conceito, justificativa, etc.);
- II. Descrição geral do local aonde foi aplicada a prática de ensino não formal (histórico, descrição física, público-alvo, condições particulares, etc.);
- III. Descrição das atividades desenvolvidas (informando o total de horas em cada atividade, detalhando cada fase ou etapa);
- IV. Descrição dos processos técnicos ou de outras particularidades observadas;
- V. Discussão sobre a metodologia adotada para os procedimentos pedagógicos;
- VI. Alocação de recursos (quando necessário);
- VII. Considerações finais e recomendações (avaliação das limitações, discussão dos resultados) que devem incluir referência ao aproveitamento da prática de ensino.

Artigo 17º

São critérios para a análise do Trabalho de Conclusão de Projeto de Aprendizagem no documento escrito:

- I. Clareza, consistência e objetividade do texto;
- II. Compatibilidade com os objetivos do curso;
- III. Profundidade das discussões teóricas;
- IV. Pertinência das informações veiculadas e coerência das mesmas com o tema proposto;
- V. Escolha e bom aproveitamento das fontes para a pesquisa e do material colhido por ocasião da aplicação do projeto;
- VI. Obediência às normas técnicas de elaboração de trabalhos científicos;
- VII. Adequação do texto à norma culta da língua portuguesa;
- VIII. Contribuição do trabalho para o meio social e intelectual.

CAPÍTULO V– APRESENTAÇÃO PÚBLICA

Artigo 18º

A apresentação pública e oral do relato do Trabalho de Conclusão de Projeto de Aprendizagem; deverá acontecer, obrigatoriamente, nas instalações da Universidade Federal do Paraná, em data, hora, local, e tempos do cronograma previamente divulgados, e respeitando a seguinte ordem:

- I. Apresentação do autor;
- II. Comentários e arguição dos membros da Banca de Exame;
- III. Defesa do autor;
- IV. Reunião da banca examinadora;

Artigo 19º

São critérios para a análise da apresentação:

- I. Fluência e clareza na exposição das idéias;
- II. Qualidade dos conteúdos apresentados;
- III. Seleção e uso do material de apoio;
- IV. Respeito ao cronograma estipulado para a apresentação;
- V. Coerência do conteúdo apresentado oralmente com o documento escrito.

CAPÍTULO VI – DIREITOS AUTORAIS

Artigo 20º

São garantidos todos os direitos autorais a seus autores, condicionados à citação do nome do professor mediador, toda vez que mencionado, divulgado, exposto e publicado.

CAPÍTULO VII – PLÁGIO

Artigo 21º

A constatação de plágio por parte da banca ou do professor mediador por ocasião das avaliações formais implicará na reprovação sumária do aluno.

Artigo 22º

Considera-se plágio quando o trabalho incorrer nos seguintes vícios:

I. Quando, intencionalmente ou não, são usadas palavras ou idéias de outro autor, sem o devido crédito, bastando para caracterizar o plágio a presença de 15 (quinze) ou mais linhas nesta situação, contínuas ou não, no todo do Trabalho de Conclusão do Projeto de Aprendizagem;

II. Quando dá crédito ao autor, porém, intencionalmente ou não, utilizam-se palavras exatamente iguais as dele, sem indicar a transcrição com o uso de aspas ou recuo de texto, bastando para caracterizar o plágio a presença de 15 (quinze) ou mais linhas nesta situação, contínuas ou não, no todo do Trabalho de Conclusão do Projeto de Aprendizagem;

III. Não será considerado crédito ao autor a mera denotação da sua referência ao final do Trabalho de Conclusão do Projeto de Aprendizagem, no capítulo destinado às referências bibliográficas, sendo necessária também a sua menção expressa quando da reprodução de suas idéias ou frases no trecho específico da monografia, conforme as normas acadêmicas;

IV. No caso da presença de plágio, na forma dos incisos I ou II, em trechos correspondentes a menos de 15 (quinze) linhas, contínuas ou não, caberá apenas advertência ao aluno, sendo permitida a sua aprovação no tocante a este critério, ainda que sendo possibilitada a redução da nota.

Parágrafo único:

O plágio é ilícito administrativo, de caráter civil, que deve ser caracterizado em caráter objetivo, sendo irrelevante a verificação da boa-fé do autor.

CAPÍTULO VIII – DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 23º

Todos os casos omissos no presente regulamento serão resolvidos pelo colegiado da Câmara de Artes.

Artigo 24º

O presente regulamento entrará em vigor na data de sua aprovação pela Câmara de Artes, sendo revogadas as disposições em contrário.